

Seminário FESPSP “Incertezas do Trabalho”

02 a 05 de outubro de 2017

GT 17: Trabalho e Trabalhadores

Sociologia do Desenvolvimento e relações de classe: uma análise das dinâmicas da sociedade brasileira entre 1990 a 2010¹

Ederson Duda da Silva²

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP

Resumo: Buscaremos compreender os sentidos do desenvolvimento econômico durante 1990-2010 procurando resgatar os estudos da Sociologia do Desenvolvimento e das relações de classe. Investigaremos quais grupos e frações de classes se beneficiaram com a abertura comercial e financeira nos anos 90, onde o desenvolvimento econômico brasileiro passou a ser pautado pela agenda neoliberal e os interesses do mercado financeiro. Nos anos 2000 com o PT na presidência o Estado volta a ser o motor do desenvolvimento, favorecendo a apoiando as empresas nacionais em detrimento a burguesia financeira. Assim, este ensaio busca trazer interpretações sobre os sentidos do desenvolvimento e dos grupos de interesse e suas dinâmicas de classe.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Sociologia; Estado; Classes; Burguesia

Introdução

As transformações pelas quais passou a sociedade brasileira nas últimas décadas (1990-2017) colocaram em debate certas interpretações sobre a estrutura de poder e o processo de desenvolvimento mais adequado para o país. À esquerda e a direita, cada um em sua *démarche*, contribuíram para o debate sobre o modelo político e econômicos que o Brasil deveria perseguir para se desenvolver. Grosso modo podemos dizer que de um lado, dentro da ortodoxia liberal, o país deveria seguir a cartilha do Consenso de Washington com suas reformas neoliberais, ou seja, maior intensificação e presença do

¹ Esta pesquisa foi beneficiada com bolsa de estudos junto a Cátedra Celso Furtado – FESPSP. 2016-2017. O desenvolvimento da pesquisa ainda está em andamento.

² Discente da graduação em Sociologia e Política da FESPSP. Email: dudadasilva@gmail.com

mercado como motor do desenvolvimento; do outro lado estariam os heterodoxos desenvolvimentistas, para quem a organização do capitalismo e o desenvolvimento econômico deveriam estar associados ao Estado.

Observando ambas vertentes teóricas sobre os sentidos que o país deveria seguir para se desenvolver percebe-se que tal debate ultimamente está marcado pelo economicismo. Ou seja, a economia, como disciplina, e seus intelectuais são os que têm buscado realizar análises sobre o capitalismo, a industrialização e a macroeconomia na sociedade brasileira. A ciência social, especificamente a Sociologia, que se empenhou para construir análises e interpretações sobre o desenvolvimento brasileiro até os anos de 1980, banhados pelas discussões sobre a industrialização e a burguesia industrial, acabou “ficando de lado” no debate sobre os caminhos da nação.

Buscaremos, deste modo, resgatar o debate sobre a Sociologia do Desenvolvimento e as relações de classe com o intuito de compreender as transformações político-econômicas ocorridas na década de 90 e a partir dos anos 2000. Primeiramente analisaremos o impacto do neoliberalismo na economia e na dinâmica de classes e grupos de interesses no Brasil, procurando entender a mudança na lógica do Estado a partir tanto da agenda neoliberal e a entrada do país no capitalismo globalizado; em seguida investigaremos os governos petistas, principalmente os governos Lula (2003-2010), analisando sua estratégia para o desenvolvimento baseada na economia política do social-desenvolvimentismo e o impacto de suas políticas nas dinâmicas de classe. Utilizaremos metodologia eclética em busca de compreender os sentidos do desenvolvimento assim como as coalizões e as relações de classes que se formaram durante o período analisado.

Sociologia do Desenvolvimento

A Teoria do Desenvolvimento nasce no início do século XX como forma de compreender as transformações pelas quais os conjuntos de países europeus passaram no decorrer do desenvolvimento do modelo capitalista de produção. A economia enquanto disciplina foi a que mais se destacou na tentativa de formular explicações e de buscar compreender os sentidos do desenvolvimento capitalista por meio da industrialização e dos processos de acumulação capitalista.

Conforme Wallerstein (2006) foi a partir da Segunda Guerra Mundial que o debate sobre o desenvolvimento ganhou destaque, passando a ampliar seu campo de atuação para além do debate econômico. As análises nesta época buscavam investigar as mutações e o modelo de capitalismo mais adequado para a industrialização, o surgimento de novas potências industriais, o crescimento econômico e desenvolvimento social. Esse quadro de transformações e mudanças nas sociedades propõe uma série de novos desafios heurísticos sobre o desenvolvimento, e as Ciências Sociais se propõe a compreender tais metamorfoses a luz do processo de urbanização vinculado ao avanço do capitalismo (FRANTZ, 2010).

A Sociologia do Desenvolvimento busca compreender o mundo em transformação, os processos de desenvolvimento da sociedade. Conforme Hartfiel (apud FRANTZ, 2010, p. 15), “pode-se aceitar a afirmação de que a industrialização da economia e a internacionalização do sistema capitalista levaram ao surgimento da Sociologia do Desenvolvimento”, cuja “necessidade de explicar, de compreender os fenômenos da expansão capitalista e da industrialização, no sentido de sua afirmação ou negação” possibilitou o surgimento de diferentes teorias sociológicas sobre desenvolvimento.

No entanto, não devemos entender por Sociologia do Desenvolvimento apenas o estudo das teorias que dizem respeito ao desenvolvimento, pois ela não se limita apenas a investigação das mudanças, mas se propõe também analisar os processos e as forças políticas e sociais em ação e reação, compreendendo tanto os fatores que levam à mudança assim como o seu direcionamento (FRANTZ, 2010). Deste modo, os “questionamentos da Sociologia do Desenvolvimento, com relação às mudanças e alterações de uma estrutura social, implicam conceitos que orientam sobre a direção do desenvolvimento” (FRANTZ, 2010, p. 15)

Assim, por meio da Sociologia do Desenvolvimento buscou-se não apenas entender as vicissitudes das sociedades mas também os processos que lavam ou levaram as transformações e as alterações de relações de força de determinada estrutura social. E neste sentido, tal disciplina se afirmou “ao procurar analisar e interpretar os fatores condicionantes das situações de desenvolvimento e subdesenvolvimento das sociedades de diferentes países”,

passando “a questionar a relação entre sociedades consideradas desenvolvidas e [...] subdesenvolvidas, perguntando pela existência ou não de condicionantes ideológicos, econômicos e técnicos entre desenvolvimento e subdesenvolvimento” (FRANTZ, p. 16). Pretendeu-se, portanto, construir teorias com o intuito de “identificar e analisar as interdependências, os conflitos, as adaptações e reações que decorrem do encontro das diferentes sociedades, de seus diferentes interesses e condições materiais e culturais” (FRANTZ, p. 16).

No caso da América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) inauguraria, a partir dos anos 1949, um método histórico-estrutural de análise que procuraria explicar o desenvolvimento dessas sociedades para além da questão da dominação colonial. Sua maior contribuição será a de aprofundar a investigação das especificidades da formação dessas sociedades ditas subdesenvolvidas. Deste modo, o problema do desenvolvimento latino-americano, por meio da análise histórico-estrutural cepalina, estaria na relação dual centro-periferia e/ou atrasado/moderno que produziria desenvolvimento desigual das relações de troca no comércio internacional, onde as sociedades latino-americanas como economias exportadoras de produtos primários seriam dependentes das economias dos países centrais produtoras de manufaturados, que, por sua vez, sugariam o excedente financeiro dos países periféricos, “impedindo” o desenvolvimento de suas estruturas econômicas e sociais, o que implicaria em sociedades subdesenvolvidas.

Para Celso Furtado (1977), um dos principais formuladores da teoria do subdesenvolvimento latino-americano, o desenvolvimento econômico e social brasileiro e latino-americano deveria ser visto enquanto uma questão do próprio desenvolvimento e do lugar do país na divisão internacional do trabalho. Em sua análise Furtado descartaria as teses neoclássicas a-históricas³ e da teorização marxista da colonização, construindo uma teoria que procurasse explicar o subdesenvolvimento como sendo uma formação singular do capitalismo, tendo no centro de sua formulação os fatores exógenos da

³ Furtado (1977) passa a criticar a teoria neoclássica por encontrar na sua economia do desenvolvimento um caráter universal e genérico, a-histórico, que trata o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos como um contínuo dos países do centro do capitalismo, não colocando em debate as questões estruturais próprias do subdesenvolvimento.

contínua deteriorização dos termos de trocas, que teria como consequência a inflação estrutural, que pode ser caracterizada por dois pontos: o primeiro, o aumento constante da produção em volume físico para compensar a queda dos preços internacionais das mercadorias exportadas; o segundo, no aumento da oferta agrícola de alimentos produzidos pelo setor “atrasado” que elevaria os preços e salários do setor “moderno”. Assim, as sociedades subdesenvolvidas seriam sociedades dependentes dos setores externos, e para por fim neste ciclo vicioso Furtado acreditava na industrialização como motor do desenvolvimento nacional.

No entanto, as análises furtadianas-cepalinas seriam limitadas por colocarem os fatores externos como núcleo da produção do subdesenvolvimento, dando pouco peso para as questões internas, ou seja, para as peculiaridades da estrutura de classes e as relações entre a política e a economia para explicar o desenvolvimento do subdesenvolvimento⁴. Assim, a dependência, que nasce do conceito de subdesenvolvimento, seria provocada e limitada por fatores exógenos, não atingindo, portanto, o núcleo do problema em sua totalidade - ou seja, não compreendendo as relações de classe e o sentido de dominação de classe que ocorreriam dentro das sociedades periféricas (OLIVEIRA, 2003). O debate e as estratégias sobre o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos deveriam colocar em questão tanto os fatores exógenos como os endógenos, analisando tanto as possibilidades e os limites de inserção e integração do país nas cadeias de produção globais como pelos atores, grupos, classes sociais e as instituições que internamente assumiriam os rumos do desenvolvimento nacional.

O debate sobre as análises e as estratégias para o desenvolvimento devem ter em vista, deste modo, tanto os aspectos econômicos (qual papel o país assumirá na divisão internacional do trabalho) e sociais (a compreensão dos atores, grupos e classes sociais que assumirão ou não este processo, se atendo aos conflitos e os consensos que se configuram como hegemônicos em determinado período histórico). Porém, como dissemos acima, com o neoliberalismo nos anos de 1990 o debate econômico voltou a se sobrepor ao sociológico quando se busca problematizar o desenvolvimento nacional. Hoje,

4 Para tal debate ver: CARDOSO, 1972; OLIVEIRA 2003.

quando nos deparamos com as análises sobre as estratégias de desenvolvimento, as interpretações sobre a estrutura de classes, as alianças entre as diferentes classes, assim como sobre as frações da burguesia e sua relevância nas transformações da sociedade parecem estar fora de moda. Compreendemos que tal debate mais do que nunca se faz necessário, e pretendemos com o presente estudo navegar nas águas da Sociologia do Desenvolvimento por meio dos grupos de interesse, identificando os atores que compõem e possuem força social, política e econômica capazes de engendrar (ou não) o projeto de desenvolvimento nacional.

O novo capitalismo e a associação liberal-dependente

Pretendemos nesta parte do trabalho apreender o desenvolvimento econômico e os processos de transformações estruturais que ocorreram no Brasil nos anos de 1990, analisando primeiramente o surgimento do fenômeno do neoliberalismo e a mudança do modelo keynesiano/desenvolvimentista para a lógica do mercado financeiro global. Iluminando estes fatos buscaremos compreender os impactos deste novo modelo de organização e acumulação capitalista nas relações e nos interesses de classes, observando quais as coalizões que se estruturam neste período.

Com a crise do Estado de bem-estar keynesiano, que se inicia nos anos 1970 e se prolonga até os 80, um novo ciclo teórico e prático de encolhimento da política e fortalecimento da economia passou a impor a agenda do mundo da produção e da organização das sociedades. O Estado, o grande protagonista do desenvolvimento econômico que sustentou os Anos Dourados do Capitalismo no pós Segunda Guerra, se torna vilão, e uma nova “mitologia político-conceitual começou a tomar forma” (ARBIX, 2002, p. 3). O novo capitalismo surge sob o domínio de Thatcher, no Reino Unido, e Reagan, nos Estados Unidos, como uma doutrina econômica e ideológica com o objetivo de reduzir o papel do Estado como planejador regulador do desenvolvimento nacional, drenando seu poder estruturante, impondo a lógica da eficiência do mercado nas práticas da vida econômica, política e social.

Com o colapso no modelo de produção dos países do capitalismo central, com queda nas taxas de lucro e produtividade, crise fiscal e financeira, colocando o crescimento econômico em questão, começou-se um longo

processo de reestruturação e reorganização de seus setores econômicos e do trabalho, implementando uma nova forma de acumulação, denominada como flexível, e crescimento que seria adotado mundialmente. Este novo capitalismo vê no Estado do tipo keynesiano, com sua rigidez, obsolescência, autocracia etc. o empecilho para a retomada do crescimento, que deveria encontrar no mercado a flexibilidade, a diversidade e a livre-concorrência as ações necessárias para a saída da crise. No modelo keynesiano o desenvolvimento econômico e social tinha como principal ator o Estado através do investimento industrial e das políticas anticíclicas. Com o neoliberalismo o mercado, por meio da aplicação financeira e do modelo produção pós-fordista, passa a ser o principal ator para o desenvolvimento. Assim, os governos e empresas passaram a assimilar as medidas de intensificação do padrão de produção por meio de mudanças regulatórias como forma de construir um novo modelo de organização produtiva a partir das transformações tecnológicas⁵. A nova hegemonia ideológica neoliberal pode ser caracterizada, portanto, pela forte presença do setor financeiro e de serviços, que sobrepõe as instâncias privadas em detrimento das públicas, as diretrizes e interesses internacionais sobre os interesses dos nacionais.

No contexto brasileiro a reestruturação produtiva e o modelo de acumulação flexível iniciam-se na década de 90 com o governo Collor e se intensificando com Fernando Henrique Cardoso. A entrada do Brasil na lógica neoliberal acontece por meio da adoção de deliberações das agências multilaterais, como o FMI e do Bando Mundial, que passaram a associar desempenho econômico significativo aos mercados competitivos globais. O resultado foi o processo de abertura comercial e da liberalização financeira, a desregulamentação do mercado interno e maior controle dos gastos públicos em áreas sociais e na infra-estrutura⁶. Deste modo, os anos 90 foram dominados pela lógica do mercado como premissa para o desenvolvimento, abandonando as políticas desenvolvimentistas e protecionistas das décadas anteriores, passando a adotar uma economia política com forte viés pró-mercado financeiro e privatizante. Neste sentido, metamorfoses

5 Terceira Revolução Industrial.

6 Com as pressões das instituições financeiras internacionais as sociedades, principalmente dos países em desenvolvimento, passaram a contrair qualquer tentativa de regulação do mercado.

importantíssimas aconteceram nos sistemas político-ideológicos, impactando as formas como o Estado passou a operar para atingir seus objetivos econômicos e sociais. Os interesses das frações da burguesia interna e dos grupos de interesses passaram a configurar novas relações de classe. De 1930 a 1980 o setor secundário foi o grande responsável pelo processo de desenvolvimento econômico e a fração da burguesia industrial uma das mais beneficiadas; a burocracia estatal e os setores da classe média também se beneficiaram com o Estado desenvolvimentista e as políticas de substituição de importação; a classe trabalhadora cresceu neste período, assim como os sindicatos, que ganharam grande força na década de 70. Este cenário muda nos anos 90 com a agenda neoliberal. A abertura comercial e a ampliação da concorrência enfraqueceram a indústria nacional; as privatizações de serviços públicos e as desestatizações atingiram a burocracia estatal e setores da classe média estabelecida; a classe trabalhadora sofre perdas significativas com o pós-fordista e a reestruturação industrial; os sindicatos viram suas bases de sustentação ruir e se mostraram incapazes de oferecer alternativas as políticas neoliberais.

O novo capitalismo e seu modelo de reorganização e reestruturação produtiva, aqui denominada como pós-fordismo, transformaram a estrutura sócio-ocupacional brasileira, alterando as relações de poder e gerando novos atores e coalizões de classe. Durante os anos 1950 até 1980 a sociedade brasileira obteve marcante crescimento econômico contando com a participação do Estado como planejador e investidor de bens e serviços (MUSACCHIO, A; LAZZARINI, S.G, 2015, p. 109-116). A indústria neste período chegou a participar com cerca de 38,6% do Produto Interno Bruto (PIB), ocupando cerca de 43% da força de trabalho disponível na década de 80 (POCHMANN, 2012, p. 16-17), sendo o reflexo do crescimento econômico deste período. Mas com a grave crise inflacionária no decorrer da década de 80 - chegando à hiperinflação no final desta -, juntamente com a recessão e estagnação econômica, com o aumento da dívida pública e da taxa de juros, o governo brasileiro enfrentou graves deficits fiscais. Como saída o governo Collor adotaria as medidas do Consenso de Washington assumindo o compromisso de controlar o déficit público e manter o equilíbrio fiscal,

implementando um pacote de privatizações e um programa de estabilização monetária baseada na âncora cambial e abertura do capital comercial e financeiro (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 307-8). Tais medidas afetariam as estruturas de poder até então existentes, onde a lógica do mercado como motor do crescimento econômico acabou se sobrepõe ao do Estado.

O principal representante do capitalismo financeiro é a fração de classe que se valoriza conservando a forma dinheiro, e que segundo Boito Jr. (2005, p. 62), pode ser caracterizada pelos grandes bancos comerciais e de investimento, tanto nacionais como estrangeiros, com agência em territórios brasileiro e com grande crescimento durante a década de 90⁷. Neste sentido, a adoção das medidas neoliberais, como a abertura comercial e a desregulamentação financeira, tem por finalidade atender aos interesses do grande capital financeiro e especulativo em contraposição ao capital produtivo industrial interno.

As medidas neoliberais que seriam dominantes nos anos 1990 na sociedade brasileira podem ser caracterizadas como sendo um Pacto Liberal-Dependente (BRESSER-PEREIRA, 2016). Neste Pacto, conforme Bresser-Pereira (2016, p. 306), a burguesia brasileira acabaria se associando ao capitalismo internacional e ao mercado externo, assumindo uma posição de dependência e submissão na divisão internacional do trabalho, ao invés de optar pelas classes trabalhadoras e médias profissionais em favor do mercado interno (que segundo o autor fariam mais sentido).

No entanto, o capitalismo financeiro global não teria absorvido integralmente a burguesia brasileira, o que implicaria em conflitos esporádicos entre a burguesia financeira, com interesses na abertura comercial, e a burguesia industrial, com interesses internos específicos (BOITO JR, 2005). A burguesia industrial se associaria a burguesia financeira no início na implementação do neoliberalismo com o interesse de reduzir seus custos na produção (reformas neoliberais), mas a longo prazo o empresário industrial passa a pagar muito caro pelo capital que toma emprestado para os investimentos na produção, ao mesmo tempo que o enfraquecimento do

⁷ Dentro de um universo de 200 bancos em funcionamento neste período, 25 deles detinham o monopólio de mais de 80% do ativo total; em 2005 esse monopólio e concentração aumentariam, onde os cinco maiores bancos em atividades no país controlariam 69% de todo lucro do sistema bancário (BOITO JR., 2005).

Estado faz com que a receita designada ao investimento à infra-instrutora seja reduzida, limitando a capacidade de ação desta classe. Como aponta Boito Jr. (2005, p. 63), mesmo que o empresariado industrial acabe investindo parte do seu capital no mercado financeiro as perdas políticas e monetárias são grandes, fazendo com que esses grupos não deixem de se movimentar contra essas perdas. Essa associação se repete nas eleições de 1994 e 98 no entorno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, permitindo o avanço do neoliberalismo e os interesses em comum das frações burguesas. Nesta coalizão a burguesa financeira se beneficiária com os baixos impostos e altos lucros do mercado financeiro e especulativo por meio de altas taxas de juros e câmbio apreciado. O interesse da burguesia industrial estaria nas reformas neoliberais, que por meio da reestruturação e reorganização produtiva e econômica possibilitariam a redução do custo da mão-de-obra e dos direitos trabalhistas e previdenciários, aumentando seus lucros e sua acumulação capitalista. Mas estando os interesses dos empresários industriais internos ligados ao crescimento econômico e o aumento do mercado interno, as associações com a burguesia financeira e os setores do capitalismo externo acabam gerando prejuízos para esta fração. Em relação à burguesia financeira os juros altos e o câmbio apreciado impactam diretamente no poder de aquisição e de importação de maquinarias para a industrialização, enfraquecendo ainda mais o mercado interno, do qual este investe e realiza seus lucros; no que diz respeito ao capitalismo externo⁸, a médio e longo prazo este acaba assumindo o lugar do empresariado interno e descaracterizando sua identidade nacional, que passa a perder espaço nas relações dinâmicas e decisórias de poder⁹.

No contexto do Plano Real (1994) o Estado adota um grande pacote de privatizações¹⁰, reformas da seguridade social, diminuição do fomento para as políticas de industrialização e agricultura. Este novo paradigma de desenvolvimento teve nas privatizações e no argumento do Estado eficiente,

8 Conforme Arbix o Fluxo de Investimento Direto Externo IED no Brasil passou de 4,859 milhões de dólares em 1994 para 31,913 milhões de dólares em 1998.

9 Neste período por diversas vezes a Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) se mobilizou contra as políticas de abertura e elevação da taxa de juros, fazendo com que o governo FHC recusasse em determinados momentos e atendesse as reivindicações dos industriais, como no caso de 1996 (BOITO, 1999, p. 16).

10 Entre 1990 a 2002 mais de 40 empresas estatais federais foram privatizadas. Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

com diminuição da participação do Estado¹¹ na economia, redução dos gastos públicos e avanço nas áreas de saúde e educação o seu mote de atuação.

As privatizações atingem as frações burguesas de maneiras diferentes. Ao mesmo tempo em que aumenta os lucros do grande e médio capital dos setores rentistas, financeiro, por outro lado acabam atingindo diretamente os interesses dos setores da indústria e da burocracia nacional; esta porque controlava e atuava nas empresas estatais, e a redução dessas empresas significou perda de representação dessa fração de classe nas relações dinâmicas de poder (BOITO JR., 2005, p. 61); no que diz respeito à burguesia industrial, num contexto de país periférico e de industrialização tardia, o setor privado acaba criando uma condição de dependência do investimento estatal¹², onde as privatizações favorecendo o capital externo acabaram enfraquecendo os grupos nacionais. Com a abertura comercial a indústria nacional sem o amparo do Estado e sem “cacife tecnológico” entra em desvantagem na concorrência nos mercados industriais (BELLUZZO; 1998), perdendo cada vez mais representatividade no PIB do país.

Os processos oriundos das reformas neoliberais modificaram a estrutura sócio-ocupacional da sociedade brasileira, que pode se observada pela diminuição do emprego formal (industrial) e o aumento de trabalhadores do setor terciário (comércio e serviço), que chega a mais de 50% da participação dos setores de emprego no Brasil nos anos de 1990 (SILVA; MENEZES FILHO; KOMATSU, 2016 & CARDOSO, 2013, p. 74). O setor terciário durante os anos de 1980 até 2008 obteve aumento na participação da ocupação de cerca de 30,6%, enquanto o setor primário e o secundário perderam 44,9% e 27,7% respectivamente no mesmo período (POCHMANN, 2012, p. 16-17). Com o PIB brasileiro apresentando crescimento médio de apenas 2% a.a, a economia brasileira registrou a elevação da taxa de desemprego e redução dos salários reais, assim como o aumento da desigualdade da renda (CURADO, 2013, p. 71). Assim, a expansão do setor terciário na sociedade brasileira

11 A privatização da Cia Vale do Rio Doce em 1997 é um marco do processo de redução do Estado na atividade produtiva.

12 Nos países subdesenvolvidos o Estado acaba tendo papel fundamental para o desenvolvimento do setor produtivo por ter capacidade de investimento quase ilimitada em relação ao setor industrial privado, que possui recursos limitados para colocar no mercado e criar novas tecnologias. Neste sentido, o avanço tecnológico das empresas estatais acaba impulsionando o progresso do setor industrial nacional.

acontece por meio da absorção crescente da força de trabalho, tanto em termos absolutos quanto relativos, fazendo parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 2003, p. 54-55). A diminuição do poder do Estado, assim como a do setor secundário, tem como consequência o surgimento de uma nova fração de classe, que se não é nova ganha grande importância com o neoliberalismo. Utilizando-nos de Boito Jr. (1999) iremos denominá-la como “burguesia dos serviços”. Essa fração da burguesia, que se dá menos por uma questão de novidade e mais pela força política que ganha nos anos 90, é favorecida pela redução do Estado e a crescente participação da iniciativa privada. Ela pode ser caracterizada pela “exploração dos serviços de saúde e educação e, mais recentemente, à previdência privada que vem sendo estimulada pela política governamental de desagregação da previdência pública” (BOITO JR, 1999, p. 67). Esta fração da burguesia cresce com a deteriorização dos serviços públicos e direitos sociais e o conseqüente aumento do mercado privado e financeiro. Mas, por outro lado, ela depende tanto do aumento do emprego formal como do mercado interno fortalecido para manter seu processo de acumulação capitalista.

Em relação às classes médias, aqueles que não conseguiram “um lugar ao sol” no novo capitalismo passaram a conviver ou com desemprego ou com a estagnação econômica (e conseqüentemente de ascensão social) devido tanto as reformas no setor produtivo quanto às privatizações e as desestatizações (onde se encontra uma parte considerável das ocupações dos setores dessa classe). Estando as ocupações do mercado de trabalho formal e estatal restritos, esta parcela da sociedade que teria perdido seu emprego assalariado voltou-se para a empregabilidade e o trabalho por conta própria, densamente coordenados por relações familiares e pessoais, na maioria das vezes não por opção, mas por necessidade devido à situação de alto desemprego e tentativas frustradas de conseguir uma ocupação formal (CARDOSO, 2013).

Dos indivíduos das classes trabalhadoras dos setores indústrias dos anos 70 e 80 demitidos nos anos 90 menos de 50% voltaram ao mercado de trabalho formal (CARDOSO, 2013, p 77). Estes aumentaram o estrato do

subproletariado¹³ com ocupações flexíveis e por vezes incertas. Segundo Cardoso (2013) mais de 35% dos jovens entre 20 a 29 das classes populares a entrarem no mercado de trabalho nos anos 1990 o fizeram por meio de empregos no setor informal e serviços, que são em sua maioria precários, com alta rotatividade e baixa mobilização sindical.

Os sindicatos, um importante instrumento de luta e representação das classes trabalhadoras, perderão relativo poder de ação nos anos 1990. Com o pós-fordista e o aumento do desemprego e da terceirização os sindicatos sofreram um forte impacto em seu crescimento¹⁴ devido tanto a redução do mercado de trabalho formal, que perderá quase 2 milhões de empregos, quanto pelas privatizações das empresas estatais, que formava importante base social dos sindicatos (CARDOSO, 2003, p. 42). Conseguiu-se baixar a inflação ao custo do alto desemprego, que fez surgir neste período um componente significativo para a fragmentação do poder de ação dos sindicatos, que é a insegurança no trabalho, ou seja, o medo individual de perder o emprego, delimitando, deste modo, à ação coletiva dos trabalhadores. Com a estagnação econômica e a insegurança estrutural do mercado de trabalho no pós-fordismo, a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora teria sido reduzido.

Concluindo, cabe ressaltar que não existe uma burguesia homogênea. Estas devem ser compreendidas por meio de suas frações e analisadas pelos seus interesses comuns e próprios. Com o advento do novo capitalismo financeiro a fração burguesa que mais se beneficia é a ligada ao rentismo e o mercado financeiro, que pode ser mais caracterizada pelos bancos nacionais e bolsas internacionais, com o controle de poucos bancos dos ativos do país. As frações da burguesia industrial e da nova burguesia de serviços que se associam a burguesia financeira em momentos estratégicos, no médio e longo prazo acabam sendo prejudicadas e se distanciam desta, pois a abertura comercial e os altos juros, juntamente com a diminuição do papel do Estado no

13 Segundo Singer (2012) subproletários são aqueles que oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais (p. 54).

14 Uma montadora da Volkswagen em São Bernardo na década de 80 produzia 100 mil carros por ano com 30 mil trabalhadores. Com a reestruturação econômica a nova planta da General Motors em Gravataí passou a empregar 1.200 trabalhadores e produzir 140 mil automóveis por ano, juntando partes produzidas em sistema modular (Cardoso, 2003, p. 41-42).

investimento em infraestrutura, assim como a redução do mercado de trabalho e do mercado interno fazem com que estas frações percam participação nas relações dinâmicas de poder, ficando enfraquecidas nas disputas de interesses. As privatizações das empresas estatais atingem o coração das da burocracia nacional e das classes médias tradicionais¹⁵. A reorganização produtiva do mercado de trabalho corroe os empregos formais da classe trabalhadora, que foram rebaixados para a condição de subproletário. Os sindicatos vêm suas bases sociais ruírem e sua capacidade de ação reivindicatória se diluir. O Pacto Liberal-Dependente dos anos 1990 gerou conflitos entre as frações burguesas e as demais classes no decorrer da década, divergindo sobre os sentidos do desenvolvimento nacional. Uma nova coalizão de classe contra as políticas neoliberais passa a se formar no final dos anos 90, fazendo com que a FIESP e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) organizassem manifestações pautando a indústria nacional, A FIESP chegou a apoiar e mobilizar a sociedade para a greve geral contra o desemprego organizada pela CUT e pela Força Sindical. Tal contradição da burguesia industrial vai fazer com que esta, juntamente com setores das classes médias que perderam poder relativo nos governos FHC devido às reformas neoliberais, se associe, juntamente com os sindicatos e as classes trabalhadoras, numa coalizão entorno do candidato a presidência da República do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, com o intuito da retomada do desenvolvimento econômico.

A dinâmica do desenvolvimentismo no período lulista

A singularidade do desenvolvimento brasileiro pode ser caracterizada por uma produção dependente ligada ao lugar em que sua economia manteve (e mantém) na divisão internacional do trabalho, envolvendo as articulações externas e os interesses internos da burguesia no bloco de poder. Em *Crítica da Razão Dualista* Oliveira (2003) procura introduzir novos elementos para o debate entorno da teoria do subdesenvolvimento, e sua especificidade esta em demonstrar que as formas econômicas subdesenvolvidas devem incluir a política em sua análise, “não como externalidade, mas como estruturante”, pois a política não deve ser entendida como externa aos movimentos de classe pelo

15 Estas também são atingidas pela reestruturação produtiva e econômica do setor secundário.

simples fato de que esta se constitui na própria luta de classes. Neste sentido, compreender as relações dinâmicas que surgem no processo de acumulação capitalística na estrutura das relações de classe se faz necessário para a própria compreensão dos rumos do desenvolvimento econômico e social.

O capitalismo financeiro global e suas reformas neoliberais constituíram novas bases para a organização do Estado e da sociedade. No caso do Brasil a década de 90 ficou marcada pela hegemonia das idéias-forças neoliberais, que proporcionou a coalizão política aqui denominada Liberal-Dependente (BRESSER-PEREIRA, 2016), formada por diferentes frações da burguesia, a saber: a burguesia financeira, a burguesia industrial e a nova burguesia dos serviços. Neste ciclo de desenvolvimento o Estado viu sua participação na regulação do capitalismo ser reduzida, havendo um forte fluxo de investimento direto externo e um grande número de desestatização e privatizações¹⁶. As frações burguesas elevaram suas taxas de lucro, sendo a burguesia financeira a que mais se beneficiou neste período.

Priorizando apenas a estabilização econômica e ignorando os desequilíbrios cambiais o governo FHC chegou ao fim do seu primeiro mandato inserido em uma grave crise econômica, adotando novamente as medidas do Consenso de Washington de sobreapreciação cambial como forma de combate a inflação que estava voltando. A alta valorização dos juros acabou desestimulando o investimento privado e público (devido às privatizações), impedindo a estabilização das contas externas. Como solução buscou-se um novo empréstimo junto ao FMI. “O modelo baseado em investimentos privados nos setores de infraestrutura revelou-se também incapaz de promover a necessária expansão de setores estratégicos para o desenvolvimento” (CURADO, 2012, p. 72). Ao não controlar a doença holandesa (BRESSER-PEREIRA, 2016), impedindo que a taxa de câmbio voltasse a níveis que permitisse o investimento industrial, o setor secundário entrou em processo de desindustrialização¹⁷. O desenvolvimento com poupança externa não vingou, e

16 Este período pode ser caracterizado pelo processo de “acumulação primitiva”. Com a Terceira Revolução Industrial a acumulação de capital se distinguiu pela superacumulação. Como tendência o capitalista elimina o adiantamento de capital para o trabalhador, este passando a depender do lucro da produção da mercadoria, e seu rendimento ficando subordinada a realização do valor da mercadoria. Ainda, sendo as bases de acumulação internas insuficientes restariam apenas as privatizações como fonte de acumulação. Ver Oliveira 2003, p 135-140.

17 Este processo se inicia nos anos 1980, mas se aprofunda chegando a semi-estagnação na década 90. Neste período a taxa de crescimento do PIB ficou por volta de 2,1% a.a.

o que se observa neste período foi o déficit em conta-corrente¹⁸ e queda na taxa de investimento, que passou de 20,75% em 1994 para 17,98% em 2002, com crescimento do PIB por volta de 2,1% a.a. Se a fração da burguesia financeira ganha com a alta taxa de juros e a abertura do mercado, a burguesia industrial sofre perdas consideráveis com a baixa capacidade de investimento privado e público; de forma semelhante, a burguesia de serviços emergente acaba tendo perdas relativas com o baixo nível de poder de compra do mercado interno e com a alta taxa de desemprego.

Deste modo, a agenda neoliberal apresentou resultados limitados para o desenvolvimento na década de 90. A dificuldade de conciliar crescimento e estabilidade econômica, apostando num crescimento baseado em investimento estrangeiro com déficit em conta corrente levou a alta do desemprego, da inflação e a redução real do salário mínimo. As privatizações fizeram com que o desenvolvimento nacional em tecnologia tivesse forte queda, deixando de priorizar o conteúdo local e o mercado interno. Este cenário de estagnação econômica e baixo desenvolvimento vai proporcionar no início dos anos 2000 uma coalizão entre diferentes setores da sociedade desgostosos com o governo FHC, formando um Pacto de Classes que pode ser caracterizado pelo sindicalismo (Lula) e o empresariado (José de Alencar)¹⁹, configurada na “Carta ao povo brasileiro²⁰”.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2002 renovaria as esperanças da população em busca de melhorias econômicas depois de um longo período de baixo crescimento e alto desemprego. Na presidência Lula manteve as políticas neoliberais do governo FHC promovendo um forte ajuste fiscal entre 2003 e 2004, como forma de conseguir a confiança da classe capitalista. Adquirido este apoio e contando com a mudança na conjuntura internacional que passou a ser favorável para a economia brasileira com a entrada da China no comércio global e o *boom* das *commodities* o governo brasileiro inicia uma estratégia de desenvolvimento que teria na

18 Resultado das transações comerciais entre os países, acrescentando os serviços e as transferências unilaterais, que refletem a quantidade em dólares que determinado governo deve obter para quitar seu saldo negativo na balança comercial.

19 Formando uma aliança entre o PT e o PL.

20 Em junho de 2002, Lula e o PT buscando o apoio das diferentes frações da burguesia lança uma carta a população brasileira como forma de assumir o compromisso com os setores capitalistas.

distribuição da renda e aumento do salário mínimo real o cerne de sua política econômica, que pode ser caracterizada como social-desenvolvimentista. O pacto entre trabalhadores e empresário não teve a industrialização como motor do desenvolvimento. Ao contrário, como aponta Bresser-Pereira (2005), o aumento das exportações e a contínua apreciação do real indicavam que a doença holandesa ainda estava presente no país, fazendo com que a sobreapreciação da moeda nacional refletisse na desindustrialização²¹.

Entretanto, mesmo havendo um processo de desindustrialização a burguesia industrial brasileira conseguiu articular um novo padrão de organização para a acumulação deste setor. Com a redução do conteúdo local na produção da indústria nacional de alta tecnologia e de maior peso monetário, o empresariado industrial passou a atuar na área de importação e produção de produtos finais, sendo responsável por partes, peças e componentes da cadeia produtiva global, assumindo lugar de sócio menor na divisão internacional do trabalho. Esta tem sido uma característica da forma de industrialização nos países da periferia do capitalismo²², onde as cadeias de valorização global acabam fracionando as estruturas produtivas internas, ficando, por vezes, apenas com a montagem do produto final²³ (CARNEIRO, 2017). Com isto o empresariado industrial nacional vê sua participação do PIB cair, apresentando um processo de estagnação acelerada²⁴ em decorrência do aumento da concorrência global, mostrando queda de preços industriais e da elevação desproporcional das importações (CARNEIRO, 2017; SARTI & HIRATUKA, 2017; BRESSER-PEREIRA, 2016).

A economia brasileira assumiu neste período uma estratégia de acumulação capitalista cuja orientação estava no fortalecimento da exportação de bens-primários e no consumo via fortalecimento do mercado interno.

21 Segundo estudo do Ipea (2012), a queda de participação do setor industrial no PIB nos anos 2000, juntamente com o baixo nível de renda per capita do Brasil caracteriza um processo de desindustrialização em curso, que tem refletido no aumento da participação relativa das atividades de baixa intensidade tecnológica.

22 Este processo de natureza global é classificado como especialização regressiva “significa uma ampliação do peso dos setores intensivos em recursos naturais no valor agregado industrial” assim como o “desadensamento de cadeias produtivas com a supressão da produção doméstica de insumos intermediários de maior conteúdo tecnológico” (CARNEIRO 2017, p. 10).

23 Deste modo, o empresariado industrial interno passou a ter uma dinâmica de produção e acumulação distinta em relação a épocas anteriores.

24 Para Carneiro (2017), por trás desse fenômeno está a crise do capitalismo financeiro global de 2008, tal como a resposta da China e sua política anticíclica e de sua capacidade de ociosa na manufatura que faz a concorrência nos mercados globais se intensificar.

Segundo Boito Jr (2015) o governo Lula acabou se submetendo a atual divisão internacional do trabalho procurando obter o máximo de oportunidades “dentro da função de exportador de produtos primários e de bens industriais de baixa concentração tecnológica que tal divisão reserva ao Brasil (p. 278). Para conseguir o desenvolvimento almejado o governo Lula buscou arbitrar a luta de classes e dos grupos de interesse (SINGER, 2012) mantendo o tripé macroeconômico, consubstanciado na meta da taxa de inflação, câmbio flutuante²⁵ e ajuste fiscal, assim como as taxas de juros em níveis elevados, construindo uma grande concertação de classes, agradando as várias frações da burguesia.

No entanto, este modelo de desenvolvimento baseado no rápido crescimento mercado interno de consumo e dos salários sobre a apreciação da moeda para Carneiro (2017) não poderia se manter a longo prazo, pois a queda do ciclo de preços das commodities juntamente com a reversão do ciclo de liquidez “iriam implicar na desvalorização da moeda, seja porque o esforço de reindustrialização exigiria uma moeda mais desvalorizada, e um política cambial mais ativa, como de fato ocorreu no Governo Dilma, após 2016” (CARENEIRO, 2017, p. 12). Deste modo, o governo Lula a partir de 2006 apresenta uma reversão ou certo grau de ruptura com a agenda neoliberal com o intuito de construir um novo ciclo de desenvolvimento que seria marcado pelo ativismo do Estado, que procurou ampliar a participação da fração da burguesia interna nacional por meio do financiamento do BNDES.

O novo papel do BNDES²⁶ junto à política de campeões nacionais favoreceu as frações da burguesia interna associadas ao pacto de classes entorno do lulismo, dando maior representação ao setor agropecuário, de mineração, da construção civil, o empresariado industrial nacional (de baixa e média intensidade tecnológica), as classes trabalhadoras, a baixa classe média e o campesinato, que se encontravam excluídas do bloco de poder. O BNDES no governo Lula agiu no sentido de assegurar a posição do país na exportação de commodities buscando auxiliar a expansão internacional do grande capital

25 No caso da política cambial o bom cenário externo e a manutenção de diferenciais de juros reais positivos promoveram um aumento do fluxo cambial para o país, o que resultou numa forte valorização da moeda em termos reais.

26 Novo em relação aos anos 90, onde o BNDES na gestão FHC teve o papel de financiador e gestor do processo de privatizações de empresas estatais brasileiras (BUGIATO, 2014, p. 94).

nacional, como as produtoras de *commodities* públicas e privadas, assim como as indústrias de baixa/média tecnologia (BUGIATO, 2014, 95-8). De forma contraditória, ao mesmo que o banco auxiliou na reestruturação da burguesia nacional interna em disputa com o capital financeiro internacional, ao dar prioridade às empresas nacional produtoras de *commodities* acabou intensificando a especialização regressiva.

Ao priorizar o grande capital produtor de *commodities* nacional, por meio da política de campeões nacionais, o Estado através do BNDES fortaleceu as empresas nacionais com capacidade de competir globalmente (BUGIATO, 2014, p. 99). O Estado brasileiro passa a subsidiar a criação e o fortalecimento de empresas campeãs nacionais com capacidade de competição internacional se contrapondo aos setores do capitalismo financeiro internacional. Com o pré-sal o fomento nacional às cadeias produtivas aumenta devido à definição da política de desenvolvimento tecnológico-industrial de conteúdo local. Ou seja, a estratégia do pré-sal nos governos petistas era o desenvolvimento da indústria nacional por meio de encadeamentos produtivos a ele associado (CEDRO, 2014, p.115-6). O ativismo estatal tem seu salto em 2011 com o governo Dilma Rousseff, que buscou empreender um “ensaio-desenvolvimentista” (SINGER, 2015) favorecendo os setores do empresariado industrial, no intuito de construir bases sólidas para o processo de desenvolvimento e do pacto de classes iniciado com Lula, em detrimento do capital financeiro. Rousseff, ao contrário de Lula, não teria arbitrado a luta de classes, escolhendo o setor financeiro alvo a ser combatido. “A diminuição dos ganhos por parte dos bancos tornava-se ordem, emanada do topo do poder executivo” (SINGER, 2015, p. 51). O Estado passou, portanto, a intervir no lucro do capital financeiro e a batalha do spread levou perdas iniciais relativas às frações da burguesia financeira e da classe média tradicional. Com o BNDES capitalizado o Estado brasileiro se fortaleceu passando a disponibilizar e financiar a produção a juros baixos²⁷, controlando o fluxo de capitais externos, valorizando o real e realizando desonerações em folha de pagamento. Tais medidas tinham como direcionamento os setores do empresariado nacional interno no entorno da FIESP. O ensaio

²⁷ “Spread”, na economia, quer dizer a diferença entre a taxa que um banco paga ao aplicador e a que cobra de quem toma o recurso emprestado. No Brasil, a partir de 2008, e de forma mais intensa nos governo Dilma Rousseff, o embate entre o governo federal, com os bancos públicos, e os bancos privados em relação ao nível da taxa de juros cobrado pelo último ao mercado produtivo ficou conhecida como a batalha do “spread”.

desenvolvimentista procurou dar ênfase à burguesia nacional interna fortalecendo o setor industrial por meio da obrigatoriedade de conteúdo local em setores estratégicos encomendados pela Petrobrás, um forte programa de investimento em infraestrutura. Este movimento ocorreu em detrimento as frações da burguesia financeira internacional, que ao contrário do auge do neoliberalismo dos anos 90 viram sua representação e participação na direção do Estado diminuir. Neste ponto é preciso se atentar ao fato de que a burguesia industrial interna com a globalização e as reformas neoliberais passou a ter um lado rentista e financista, tornando-a, por vezes, mais sensíveis à ideologia neoliberal. Ainda, por mais que esta fração se associe ao Estado desenvolvimentista buscando defender seus interesses de médio e longo prazo, no curto prazo, por ter um lado neoliberal, acaba tendo perdas relativas. Deste modo, por razões estruturais, conjunturais e ideológicas, o ativismo estatal coloca em questão a sobrevivência da burguesia enquanto classe, e com medo de perder seu papel na direção do Estado, a burguesia industrial se afasta do projeto desenvolvimentista e se aproxima da burguesia financeira e setores da classe média tradicional para formar uma frente única burguesa antidesenvolvimentista (SINGER, 2015; FERNANDES, 1974).

Os governos petistas (2003-2016) possibilitaram através da ação do Estado significativas mudanças na estrutura social brasileira marcada pelo aumento considerável da mobilidade social através do fortalecimento do mercado interno e maior distribuição da renda. Com isso a classe trabalhadora e a média classe média passaram por um processo de expansão por meio da geração de cerca de 22 milhões de empregos formais a partir de 2003. Estes novos postos de trabalho ocorrem no setor de serviços, que são ocupações de baixa qualidade, com alta rotatividade e salários que giram entorno de 1,5 salários mínimos (POCHMANN, 2012). Tais políticas, que não tiveram na indústria de transformação seu foco, permitiram o fortalecimento da burguesia de serviços, que teve no aumento do mercado interno e na ascensão da classe trabalhadora, mal interpretada como “nova classe média”, sua base de acumulação.

Talvez não seja bem um mero equívoco conceitual [a nomeação da nova classe média], mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas

públicas atuais. A interpretação de classe média (nova) resulta, em consequência, no apelo à reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil. Ou seja, o fortalecimento dos planos de saúde, educação, assistência, previdência, entre outros. Nesse sentido, não se apresentaria isolada a simultânea ação propagandista desvalorizadora dos serviços públicos (Sistema Único de Saúde, a educação e a previdência social) (POCHMANN, 2012, p. 11)

Enquanto o setor secundário viu sua participação no PIB cair 27,7% entre os anos de 1980 a 2008, a participação do setor terciário aumentou cerca de 30,6 % no mesmo período (POCHMANN, 2012). Isso corrobora para os apontamentos de Jacinto e Ribeiro (2015), do qual o setor de serviços demonstrou maior crescimento de produtividade se comparado ao setor industrial, devendo-se isto ao fato de que os setores de serviços estarem “protegidos” do efeito do câmbio e comércio exterior, sendo bastante sensíveis, porém, à trajetória da renda doméstica e sua má distribuição da renda. A burguesia de serviços emergente obteve grandes benefícios com o lulismo, no entanto, esta é uma fração que possui interesses diversos e merece mais estudos no sentido de melhor identificar seus atores e suas relações com as demais frações burguesas e o Estado nacional.

O setor de serviços só perde em participação no PIB nos anos 2000 para o setor agropecuário/exportador, que viu sua participação crescer cerca de 1,3% a mais entre 1996 e 2009 (JACINTO&RIBEIRO, 2015). Isso se deve, como já dito, tanto ao *boom* das *commodities* e a expansão chinesa neste século, como pelo papel que o país assumiu na divisão internacional do trabalho e sua política de campeões nacionais. Deste modo, o Estado brasileiro acabou redirecionando a produção industrial e resgatando o papel da agricultura como setor exportador de manufatura, unificando o “bloco no poder em torno do modelo capitalista neoliberal”, possibilitando a “posição hegemônica do capital financeiro no interior do bloco no poder” (BOITO JR, xxxx, p. 279). Esta fração da burguesia agrária tem como base de acumulação a exportação de commodities, ou seja, o mercado externo, e deste modo é favorecida com a taxa de câmbio valorizada, o que seria um empecilho para a industrialização. Por mais que ela dependa do dólar desvalorizado para a compra de maquinário e tecnologia importada, assim como a burguesia

industrial, ela precisa de uma taxa de câmbio alto para realizar sua acumulação, tal como a burguesia financeira. Cabe ressaltar ainda o fato de que mesmo aumentando seu lucro e participação no PIB, o setor agroexportador diminuiu sua participação em postos de trabalho em cerca de 15% entre 1980 e 2008, reduzindo o custo em mão de obra principalmente devido ao avanço na compra e investimento tecnológico.

Neste conjunto de análise cabe situar tanto as classes médias tradicionais como as classes trabalhadoras no intuito de localizar os devidos papéis desses agentes dentro das dinâmicas relações de classe.

A partir de 2003 mais de 40 milhões de pessoas ascenderam socialmente, permitindo que mais de 61% das pessoas que se encontravam na condição de miseráveis entrassem para a classe trabalhadora (QUADROS, 2015). A política econômica social-desenvolvimentista teve crucial importância para que tal mobilidade ocorresse. Ao contrário de outros períodos históricos onde houve crescimento e dinamismo econômico, mas sem distribuição da renda nacional, fazendo com que apenas determinadas classes obtivessem acesso ao mercado de consumo, com o lulismo o Estado brasileiro inverteu esta lógica, possibilitando desenvolvimento econômico com melhorias sociais significativas através da distribuição da renda para a base da pirâmide social, buscando arbitrar os interesses das diversas frações da burguesia.

A expansão do mercado de trabalho neste período esta associada à expansão do setor de serviços²⁸, que preencheu 95% das vagas abertas. Estes postos de trabalho por sua vez exigem baixa qualidade educacional e limitada experiência profissional, sendo caracterizados pelo forte individualismo e alta despolitização. Os profissionais deste setor na maioria dos casos acabam não possuindo vínculos políticos partidários, de associação de bairros, entidades estudantis e principalmente sindicatos. Os trabalhadores que ascenderam socialmente neste período não necessariamente irão associar sua mobilidade com as políticas sociais do governo federal, mas ligando esta ao mérito próprio. Assim, se a ascensão da classe trabalhadora nos anos 60 e 70 têm como

28 O aumento do setor de serviços na sociedade brasileira não deve ser compreendido como uma "etapa" ou uma "fração" do mercado de trabalho, mas sim como condição estrutural e estruturante da acumulação capitalística do Brasil.

relação à ascensão do movimento sindical do setor produtivo, com forte ação coletiva e alto nível de politização, criando novas formas de fazer política por meio de movimentos sociais de base, não é o que se verifica com o aumento do mercado de trabalho formal no período lulista.

A estabilidade econômica, o crescimento da produção e o nível de emprego fizeram com que os sindicatos conseguissem retomar a ação sindical em condições mais favoráveis do que a dos anos 1990²⁹. O fortalecimento dos sindicatos possibilitou que as negociações salariais entre 2004 e 2009 ocorressem com resultados positivos para 80% ou mais categorias, conquistando reajustes iguais ou superiores ao índice de inflação (ARAUJO&OLIVEIRA, 2014). Passando por uma década muito difícil na construção da ação política, com perdas significativas no número de filiação e base de sustentação, os sindicatos, principalmente a CUT, teve que se reestruturar. Com o PT na presidência, a CUT foi acometida por um sentimento dúbio em relação a seu posicionamento junto ao governo federal: fazer parte do governo ao mesmo tempo em que tinha que enfrentar a realidade da mudança do mercado de trabalho. Assim, com o PT na presidência a CUT passou a valorizar mais a participação institucional, deixando de lado o conflito aberto para o da negociação. Por mais que as greves tenham aumentado no setor privado a partir de 2009, é certo destacar que o número de greves ocorreu de forma significativa no setor público, que compõe a maior base dos sindicatos ligados a CUT (ARAUJO&OLIVEIRA, 2014). Com a queda do número de filiados do setor privado a partir de 2006 os sindicatos urbanos ficaram esvaziados (CARDOSO, 2015), o que poderia impor problemas na sua representação perante a sociedade, que vem caindo desde 2011 (ICS-IBOPE, 2015), e no planejamento e ação política. Conforme Cardoso (2015), os sindicatos estariam passando por uma oligarquização devido ao controle, por parte das centrais sindicais ricas, dos mecanismos de reprodução de seus quadros, onde as baixas taxas de filiação são a forma mais segura de controlar as eleições que dão controle aos dirigentes da posse de grandes recursos do fundo partidário. Deste modo, a baixa filiação se tornou um mecanismo importante de controle das centrais sindicais, favorecendo a elitização dos

29 Para ver a crise do sindicalismo na década de 90: CARDOSO, 2003

sindicados, colaborando para que a representação de classe, já diluída pelo pós-fordismo, ficasse ainda mais corroída. Os sindicalistas transformaram-se, assim, em um novo grupo de interesse que passaram a disputar tanto o FAT³⁰ e os fundos de pensões, assim como o fundo partidário e o controle de sua verba.

Por fim, a classe média tradicional. Se for certo afirmar que cerca de 23,8 milhões de pessoas saíram da camada de Miseráveis a partir de 2003, quando observamos mais atentamente a mobilidade ocorrida na estrutura social brasileira podemos identificar que a mobilidade não se deu apenas de forma ascendente. A classe média tradicional passou por um processo de semi-estagnação com mobilidade descendente incipiente a partir de 2006, se agravando em 2013. Neste período esta classe sofreu redução em mais de três milhões de pessoas, insuflando a Baixa Classe Média (QUADROS, 2015). A classe média tradicional não foi contemplada pelos governos petistas – estes beneficiaram tanto a base como o topo da pirâmide - vendo seu poder na relação de classes se enfraquecerem, pois viram os mais ricos ficarem mais ricos, portanto mais distantes, e o mais pobres aumentaram sua renda, se aproximando. Aqui, por mais que tenha perdido poder econômico relativo, entendemos que o que move a reação negativa da classe média tradicional – que irá se associar a frente única burguesa contra o lulismo – é o fator de distinção. Por mais que não tenha construído um programa ou olhado para esta classe de forma mais específica, os governos petistas possibilitaram que estas tivessem ganhado com o rentismo, por meio de juros altos, de aluguéis e dividendos, assim como o fortalecimento e o aumento do número de ocupações no funcionalismo público e empresas estatais, maiores possibilidade do empreendedorismo de várias vertentes – que aumentou devido ao crescimento do mercado interno. No entanto, permeada por uma mentalidade e subjetividade alimentada pela distinção, as classes médias viram seu padrão e acesso ao mercado de consumo ser disputado pelas classes populares, que passaram a utilizar os serviços privados até então restritos. Aeroportos, universidades (pública e privada), plano de saúde, shopping

30 Fundo de Amparo ao Trabalhador, que financia o capital a longo prazo.

centers, estacionamento, etc. passaram a ser reivindicados pelas classes trabalhadoras em ascensão.

Considerações finais

Procuramos apresentar um quadro de compreensão entre o desenvolvimento nacional e as relações de classes e dos grupos de interesses durante o período entre 1990 a 2010. O quadro geral analisado é mais complexo do que as intenções iniciais suporiam. Com o neoliberalismo a análise e a compreensão das dinâmicas e dos interesses de classe se complexificou ainda mais devido ao hibridismo das frações burguesas, que ficaram mais intensas.

Durante os anos 1990 a fração da burguesia industrial, que até então era o principal setor do desenvolvimento nacional, perde participação no PIB e se associa a burguesia financeira dependente com o intuito de promover as reformas trabalhistas necessárias para a manutenção e a ampliação de seus lucros e acumulação. A burguesia financeira é a fração da burguesia que mais irá se beneficiar com o processo de globalização, de abertura comercial e financeira da economia, assim como a desestatização das empresas brasileira. Neste período identificasse ainda a formação mais ativa da burguesia de serviços, favorecida com as privatizações dos serviços públicos. O Estado passa por um processo de desmonte e o desenvolvimento econômico e social fica a cargo das diretrizes do mercado, por meio da agenda do Consenso de Washington.

No entanto o que se observasse nestes anos é uma economia estagnada com baixo crescimento econômico e alto nível de desemprego. Este cenário tornará possível a vitória de Lula e do pacto de classes. O Estado nos governos petistas retoma o “ativismo” estatal buscando criar campeões nacionais com o intuito de criar bases sólidas para o desenvolvimento, fortalecendo as frações burguesas internas. Neste quadro a burguesia financeira, mesmo beneficiada com os altos juros, perde espaço para o Estado e para as burguesias internas. Porém, mantendo ligações com o mercado financeiro esta fração não será totalmente leal ao projeto lulista no curto prazo. A burguesia de serviços é favorecida pelo fortalecimento do mercado interno de consumo e de trabalho. E temos, ainda, o fortalecimento da burguesia do

agronegócio por meio da política de campeões nacionais e do *boom das commodities*.

Diante deste cenário complexo o que se deve ter em mente é que o desenvolvimento em um país de condição periférica e subdesenvolvido deve ser compreendido, portanto, dentro do campo político. O Estado é uma instância fundamental da dinâmica de classes e dos interesses do desenvolvimento nacional. Independente do contexto, o que impera para as diferentes frações burguesas é “desenvolvimento dentro da ordem”. Por mais que as frações burguesas apresentem interesses próprios, divergindo uma da outra em determinados períodos, acima de tudo o que está em jogo é a preservação e a sua dominação enquanto classe dentro máquina do Estado, objetivando garantir o máximo de modernização, de acumulação capitalista e crescimento econômico dentro do seu padrão de dominação econômica, social e política, que por vezes é mais ou menos conservador ou liberal. Assim, ainda que certas frações burguesas se aproximem do Estado desenvolvimentista em busca de melhorar sua posição interna e externamente, quando ela sente que este mesmo Estado por meio de bases populares poderá enfraquecer sua hegemonia política futura recua do projeto e ativa seus mecanismos de reversibilidade pautados no “desenvolvimento desigual”.

Referências

ARAUJO, A.M.C; OLIVEIRA, R.V. O Sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: **O Sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas**. Editora Fino Traço, Belo Horizonte, 2014.

ARBIX, Glauco. Da liberalização cega dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento. In: Revista Tempo Social, USP, volume 14 – nº 1, p. 1-18, maio 2002.

BELUZZO, G.L. Prefácio. In: CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**. São Paulo: Ed Unesp, 1998.

BOITO Jr., A. A burguesia no governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 52-77, primeiro semestre, 2005.

_____. A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Editora Xamã, São Paulo, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz-Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BUGIATO, C. A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. In: **Cadernos do Desenvolvimento**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 9, n.14, jan-jun de 2014.

CARDOSO, A. **A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil**. Editora Boitempo, São Paulo, 2003.

_____. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. FGV, Rio de Janeiro, 2013.

_____. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, Set./Dez. 2015.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. In: **Textos para Discussão**, n289, IE/Unicamp, 2017.

CEDRO, R.R. A estratégia do pré-sal como política de desenvolvimento nacional. In: **Cadernos do Desenvolvimento**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 9, n.14, jan-jun de 2014.

CURADO, M. Do esgotamento do projeto neoliberal ao governo Lula: em busca de um projeto nacional de desenvolvimento. In: **Cadernos do Desenvolvimento**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 8, n.14, jan-jun de 2013.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1974.

FRANTZ, W. **Sociologia do Desenvolvimento I**. Rio Grande do Sul. Editora Unijuí, 2010.

FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 1974.

_____ **Prefácio à economia política.** Ed. Paz e Terra. São Paulo, 1977.

HIRUTUKA, C; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 37, nº 1 (146), pp. 189-207, janeiro-março/2017

ICS-IBOPE, 2015. Disponível em: < http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf>.

JACINTO, P. A.; RIBEIRO, E. P. Crescimento da Produtividade no Setor de Serviços e da Indústria no Brasil: dinâmica e heterogeneidade. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 3, p. 401-427, 2015.

MUSACCHIO, A; LAZZARINI, S.G. **Reinventando o capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países.** Editora Portfolio/Penguin, 2015.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo, Boitempo, 2003.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____ **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.** São Paulo: Boitempo, 2014.

QUADROS, Waldir. 2009 a 2012: heterodoxia impulsiona melhorias sociais. **Texto para discussão.** IE/Unicamp, n. 249, jan. 2015.

SILVA, C.M; MENEZES FILHO, N.M; KOMATSU, B. Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira. Insper, **Policy Paper**, Nº 19, Agosto, 2016.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo.** São Paulo: Cia das Letras, 2014.

_____ Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos Cebrap**, 102, jul. 2015.

WALLERSTEIN, I. **Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do Século XIX.** Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.